

Determinar qual é o valor fonético das átonas finais *o* e *e* no português antigo tem sido a preocupação de vários estudiosos. A bibliografia a respeito, contudo, nem sempre tem mostrado os mesmos resultados. Ela reflete, de um modo geral, duas tendências opostas: a) as átonas finais realizam-se como [i] e [u]; b) as átonas finais realizam-se como [e] e [o]. A primeira tendência é postulada por Hart Jr. (6), entre outros, e a segunda, por Révah (11).

Poder-se-ia imaginar que a simples consulta aos gramáticos e ortógrafos, desde Fernão de Oliveira (1536) até Frei Luís de Monte Carmelo (1767), ou à documentação em textos antigos resolveria a questão. No entanto, como bem o mostra Carvalho (4), o problema é complicado, quer se comparem testemunhos de vários gramáticos ou ortógrafos, quer se comparem testemunhos de um único autor. Veja-se, por exemplo, a conclusão a que chega Carvalho a propósito dos testemunhos de Fernão de Oliveira: “nada podemos deduzir nem a favor nem contra uma realização como *-i, -u* dos fonemas vocálicos finais graficamente representados por *-e, -o, [...]* não podemos de forma alguma afirmar que eles se realizassem como [e o].” (4, p. 88).

Herculano de Carvalho, após discutir vários aspectos das conclusões a que chegaram Hart e Révah, e depois de levantar e estudar criticamente os testemunhos de Fernão de Oliveira, de D. Luís Caetano de Lima (1734 e 1736) e de Luís Antonio Verney (1746), únicos gramáticos e ortógrafos aproveitáveis para o estudo da questão, chega aos três fonemas vocálicos finais A, E, O que seriam realizados, respectivamente, como [a] e [a]; “[i] mais ou menos bem caracterizado, a não ser quando entravado por *r*, caso em que é realizado como [E] (*carácter*); e enfim o fonema /o/ como [u] mais ou menos claramente definido” (4, p. 103). Vê-se pois que a sua proposta de reconstituição do sistema vocálico das átonas finais do português antigo coincide com as conclusões de Hart Jr.

Resolvida dessa maneira a questão das átonas finais, há alguns problemas que imediatamente afloram: Como justificar, por exemplo, realizações sob a forma de [e o], características do chamado dialeto caipira do Estado de São Paulo e de algumas outras regiões do Brasil? Além disso, não podemos nos esquecer de que a realização [e] nada mais é do que a terminação latina dos vocábulos desse tipo. Acrescente-se ainda o fato de que a grafia sempre representou esse som por *e* e esporadicamente por *i*. Caso a pronúncia fosse outra, não estaria a ortografia de base fonética capacitada a representar aquilo que se ouvia ou que se dizia?

Paralelamente, não fica claro o motivo pelo qual Carvalho rejeitou a possibilidade de uma realização [e o] para os testemunhos de Fernão de Oliveira. Ora, se “nada podemos deduzir nem a favor nem contra uma realização como *-i, -u*”, pelos testemunhos de Fernão de Oliveira, o que se fez foi, pelo contrário, decidir-se favoravelmente por esta realização.

* A propósito, podem ser consultados Amadeu Amaral (1, p. 48-9); Ada Natal Rodrigues (12, p. 146, especialmente).

Quanto à conclusão a que chega Herculano de Carvalho a respeito dos testemunhos conflitantes de D. Luís Caetano de Lima, o primeiro na *Gramática Italiana* (1734) – “as palavras que acabam por *e* se devem pronunciar com um som escuro mas não tão escuro como fazem os portugueses, os quais mudam quasi o *e* final em *i*, e em lugar de pronunciarem *anche, pure, rumore, parlare, sentire*, pronunciam *anchi, puri, rumori* etc.” (Carvalho, 4. p. 92), e o segundo, dois anos depois, na *Ortografia da Língua Portuguesa* (1736) – “se pronuncia *e* fechado final em todas as palavras que não acabam em *e* agudo: *trave, leme, vide, bosque, rude, bondade, tapete, Semide, pagode, virtude* etc.” (Carvalho, 4. p. 90, nota 20), é também um tanto duvidosa. Por que concluir-se que “o testemunho de D. Luís Caetano nestes passos da sua *Gramática Italiana*, redigido numa perspectiva fônica, – contradizendo o que, baseado já numa perspectiva ortográfica, afirmará depois na *Ortografia Portuguesa* –, claramente nos certificam da existência de *-i -u* e não de *-e -o* fechados em final de palavra.”? (Carvalho, 4, p. 93).

A observação de D. Luís Caetano de Lima não diz também explicitamente, ou “claramente”, que os portugueses pronunciam *-i* por *-e* e sim que eles pronunciam um som “tão escuro” e que “mudam quasi” o *e* final em *i*. É este “quasi” que se torna irrelevante quando o mesmo ortógrafo se manifesta na sua *Ortografia*. Dos exemplos com *i* final arrolados por D. Luís Caetano não podemos também aceitar esse *i* gráfico como representando o [i], pois ele aí representa *quasi* o som *i*. Do mesmo modo podemos entender o *-e* da sua *Ortografia*.

Quanto ao *-o*, a mesma contradição se verifica entre a *Gramática Italiana* e a *Ortografia da Língua Portuguesa*. Nesta, o autor diz explicitamente “se pronuncia o fechado no fim de todas as palavras que não levam algum acento: *fado, perto, fisco, porto, rumo, estado, espelho, vestido, despojo, repuxo*” (Carvalho, 4, p. 91, nota 25); naquela, “a vogal *o* geralmente no fim das palavras tem som aberto, e não fechado ou escuro, como lhe dão ordinariamente os portugueses, equivocando-o com *u*” (Carvalho, 4, p. 92).

Embora talvez se pudesse interpretar aqui como um som intermediário entre *o* e *u*, parece-nos no entanto que seria forçar por demais uma solução para torná-la análoga ao som *e*. Cremos, como Serafim da Silva Neto (16, p. 177), que em certas regiões terá havido distinção entre palavras que originalmente tinham *-u* etimológico e aquelas que terminavam em *-o* latino. Somente mais tarde estas teriam passado a pronunciar-se com *-u*. Fica, no entanto, registrado que a existência de uma pronúncia *-o* tem de ser admitida, pois há áreas em que tal fato se verifica não só em Portugal (16, p. 177, nota 60), como também no Brasil e em dialetos ultramarinos.

Posto isto, cabe perguntar: Como seriam realizados o *e* e *o* gráficos em final de palavras no português anterior ao século XVIII? Cremos que a resposta a esta pergunta já tenha sido dada, de passagem, por Carvalho, ao afirmar: “atendendo à sua mesma posição final e ao obscurecimento que habitualmente sofrem na sua realização momentânea, sobretudo numa articulação rápida e descuidada, todas as vogais finais, é perfeitamente provável que aparecessem representados por alofones que oscilavam, de uma vez para a outra, entre *i* e *e* muito fechado, entre *u* e *o* muito fechado, apro-

ximando-se umas vezes mais de [i u], outras mais de [e o], não só nas realizações de diversos indivíduos, conforme as regiões, o grau de cultura etc., mas na de um único e mesmo indivíduo” (Carvalho, 4, p. 100-1).

Aceitando-se como válida a interpretação acima, os fonemas *e* e *o* finais seriam realizados, respectivamente para as séries anterior e posterior, como [e i] e [o u].

Esta solução pode explicar possíveis contradições entre os defensores de uma realização [e o] e os defensores de outra realização [i u]. Os exemplos arrolados por Hart Jr. dos vocábulos portugueses adotados pelo malaio, no século XVI, *separatu*, *serdadu*, *garpu*, *kedju*, *sepatu* (6, p. 271 e 408) ou os exemplos arrolados por Melo (7, p. 128), encontrados no *Cancioneiro do Vaticano* e no *Cancioneiro da Ajuda*, *longi*, *tardi* etc., somente confirmam que a neutralização dos fonemas /e/; /i/ e /o/, /u/ é antiqüíssima.

Acreditamos, no entanto, que esta oscilação fonética tenha se orientado, a princípio, mais no sentido do *e* e do *o* e menos no sentido do *i* e do *u*. O século XVIII parece ser decisivo quanto a isto. É quando aparecem as primeiras afirmações categóricas a respeito da realização desses fonemas. Em 1734, D. Luís Caetano de Lima, como já se disse, na sua *Gramática Italiana*, corrige a pronúncia portuguesa de palavras italianas terminadas em *e*. Em 1746, Luís Antonio Verney, no seu *Verdadeiro Método de Estudar*, afirma claramente que os portugueses pronunciam mal as palavras terminadas em *e* e *o* (18, p. 105)*.

O português do Brasil, e especialmente do Estado de São Paulo, reflete as três variantes para o *e* e as três para o *o*. Nas pesquisas para o *Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo*, temos verificado o aparecimento das três variantes do /e/. A diferença entre elas é apenas quantitativa, com um predomínio acentuado da variante [i]. A variante [e], numa primeira observação, parece estar circunscrita a uma área que sobe do Vale do Ribeira até Sorocaba e arredores. Parece que esta variante segue o mesmo caminho percorrido pelas tropas de muars que vinham do sul do Brasil e que eram trocadas e/ou vendidas em Sorocaba. Não temos ainda condições de delimitar precisamente as áreas das três variantes, pois todo o material lingüístico levantado e arquivado em fitas magnéticas está sendo, somente agora, transcrito foneticamente.

Quanto às variantes do /o/, a sua ocorrência como [o]** ou [u] não é tão significativa, embora também ocorra em número considerável. É normal a variante [u].

Esta situação atual parece indicar que o [e] e o [o], em posição final, estão caminhando rapidamente para o seu desaparecimento, em contraste com o que registrou Amaral, em 1920: “Na sílaba postônica dos vocábulos graves, [as átonas] conservam o seu valor típico. Não se operou aqui a permuta do *e* final para *i*, que se observa em

* “Finalmente, devo advertir V.P. que estes seus nacionais, ainda falando, pronunciam mal muitas letras no meio, mas principalmente nos fins das dicções. V.G. *e* final pronunciam *i*, como em *dê-me*, *pôs-me* etc. Todo o *o* final acaba em *u*, v.g. em *tempo*, *como*, *buxo* etc., cujos nomes quem quer pronunciar à portuguesa deve acabar em *u*”.

** Esta variante parece estar circunscrita à mesma área da variante [e]. (Cf. ainda Rodrigues, 12, p. 150).

outras regiões do país *aquêli, êsti*), como não se operou a de *o* por *u* (*povu, digu*)” (1, p. 48-9).

Atualmente, a realização das vogais átonas finais não reflete mais a generalização apontada por Amaral. Até em Piracicaba, região tida como profundamente característica do dialeto caipira, encontram-se já vários exemplos de [i] e [u] e de [ɨ] e [v] (Rodrigues, 12, p. 144-53).

Infelizmente, não é possível a delimitação clara das regiões do Brasil em que se realizam estas ou aquelas variantes. Pelo que pudemos levantar, as variantes [e] e [o] são mais facilmente encontradas no sul do Brasil, especialmente nos Estados de São Paulo, Paraná (*Nota 1*) e Santa Catarina (Cascaes, 5), mas não no Rio Grande do Sul (*Nota 2*) e no Rio de Janeiro (*Nota 3*).

Para as regiões ao norte, os dados indicam a predominância quase absoluta da realização [i] e [u]*. Referimo-nos à documentação para os Estados do Ceará**, da Paraíba (3), da Bahia (13) e de Minas Gerais***. Os Atlas Lingüísticos da Bahia e da Paraíba não trazem um só exemplo de [e o] átonos finais.

Portanto, a pronúncia brasileira das vogais átonas finais do português, manifestando-se através das realizações [e i] e [o u], nada mais é do que a antiga pronúncia lusitana. Simplesmente repete-se o fato já bem conhecido de que “les langues transplantées manifestent des tendances conservatrices très fortes.” (Révah, 11, p. 291).

* Florival Seraine indica uma realização [e] para o Pará. (15, p. 450).

** Diz Florival Seraine: “O *e* postônico final passa, invariavelmente, a *i*, em todas as classes sociais. Ex. *durmen-ti* (dormente), *pa-rê-di* (parede), *rê-pen-ü* (repente), *cár-ni* (carne) etc., bem como em *di* (de), *mi* (me), *si* (se) etc.” (15).

*** Referindo-se ao falar mineiro, diz José A. Teixeira: “Átono final sempre *i*: *inocenti, paredi, di, noiti, vali, comadri, fradi*, tanto na ling. inc. como culta” e “O final átono vale *u*: *sabadu, todü, issu, veju, mandu* etc.” (17, p. 15-6).

NOTAS

Nota 1. Cf. o que diz Mercer, 8, p. 40-1: “As vogais médias fechadas /e/ e /o/ ocorrem em sílaba final fraca, sendo eventual a sua substituição pelo alofone aberto das altas. Essa ocorrência delinea o perfil tipicamente paranaense do falar de Guaraqueçaba. Af se diz: [‘ley.te] leite; [‘bo.lo] bolo.” Veja-se ainda Andreatta, 2, p. 180, que diz: “Na pronúncia de Laranjeira do Sul: E permanece: nas palavras terminadas em *de, te: dente, pente, onde.*” No entanto, o mesmo já não acontece em Palmeiras, PR, conforme anota Sècco, 14, p. 14, que diz: “A neutralização é apreciável, quando do contraste /e/ : /i/, /o/ : /u/ em final absoluta: *báudi, marçu, dóci, (us) cóbri, anu, tenhu, cursandu, intestinus*”.

Nota 2. Cf. o que diz Paes, 10, p. 378: “O *e* final também passa a *i*: *fonti, mascati* etc.” Cf. ainda Andreatta, 2, p. 180, que, comparando o falar de Laranjeira do Sul ao de Erechim, diz: “Em Erechim transforma-se em *i*: *denti, penti, ondi.*”

Nota 3. Diz Antenor Nascentes, a propósito do *-e*: “Final, passa a ser surdo como no Sul de Portugal e no Entre Douro e Minho, em Goa, em Ceilão e em Macau: *fonte = fontí* e não *fontí*.” (9, p. 73).

CARUSO, P. – Les voyelles atones finales et le Portugais du Brésil. *Alfa*, São Paulo, 33: 163-169, 1989.

RESUME: À partir de deux tendances opposées quant à l'interprétation de la valeur phonétique des voyelles atones finales de l'ancien portugais, cette étude propose une solution intermédiaire, à travers la réinterprétations des informations et l'utilisation des données sur le Portugais parlé au Brésil.

UNITERMES: Phonème; son; alophone.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMARAL, A. – *O dialeto caipira*. São Paulo, Hucitec/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
2. ANDREATTA, T. M. M. – Algumas particularidades lingüísticas de Laranjeira do Sul, Paraná. In: *Letras*, 17, 1969.
3. ARAGÃO, M. S. S. de – *Atlas lingüístico da Paraíba: cartas léxicas e fonéticas*. Brasília, UFPB/CNPq, 1984.
4. CARVALHO, H. – Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas *E* e *O* em sílaba átona. In: *Estudos Lingüísticos*. Coimbra, Atlântida Editora, 1969, v. 2.
5. CASCAES, F. *O fantástico na ilha de Santa Catarina*. Florianópolis, Edit. da UFSC, 1983.
6. HART JR., T. R. – Notes on sixteenth-century portuguese pronunciation. In: *Word*, 2: 404-15, 1955, (especialmente, p. 408-9); The overseas dialects as sources for the history of portuguese pronunciation. In: *III Colóquio internacional de estudos luso-brasileiros* (Lisboa, 1957). *Actas*, (especialmente, p. 270-2), 1959.
7. MELO, G. C. de – *A língua do Brasil*. 3. ed. melh. e aum., Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975.
8. MERCER, J. L. – Notas dialetológicas sobre Guaraqueçaba. In: *Estudos Brasileiros*, 3: 29-34, 1977.
9. NASCENTES, A. – Variante carioca de um subdialeto brasileiro. In: *Revista do Brasil*, 73, 1922.
10. PAES, E. F. – Aspectos da fonética sul-rio-grandense. In: *Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada*. São Paulo, Departamento de Cultura, 1938.
11. RÉVAH, I. S. – L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XV^e siècle à nos jours. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Rio de Janeiro, 1958, p. 387-99; Comment et jusqu'à quel point les parlers brésiliens permettent-ils de reconstituer le système phonétique des parlers portugais des XVI^e siècles?. In: *III Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros* (Lisboa, 1957). *Actas*, 273-91, 1959.
12. RODRIGUES, A. N. – *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo, Ática, 1974.
13. ROSSI, N. – *Atlas prévio dos falares bahianos*. Introdução. Questionário comentado. Elenco das respostas transcritas. INL/MEC, 1965.

14. SÊCCO, G. C. – Aspectos lingüísticos palmeirenses: pesquisa dialetológica. In: *Uniletras*, Ponta Grossa, Universidade Estadual de Ponta Grossa, dez. 1983.
15. SERAINE, F. – Contribuição ao estudo da fonética cearense. In: *Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada*. São Paulo, Departamento de Cultura, 1938.
16. SILVA NETO, S. da – *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. aum. e rev., Rio de Janeiro, INL/MEC, 1963.
17. TEIXEIRA, J. A. – O falar mineiro. In: *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Departamento de Cultura, XLV, Ano IV, 1938.
18. VERNEY, L. A. – *Verdadeiro método de estudar*. ed. org. por A. Salgado Júnior, 1949, vol. I.